

**PUBLICAÇÃO  
EM**

: 28/11/2025

PROCESSO : 0603800-60.2022.6.09.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Goiânia - GO)

**RELATOR : STEFANE FIÚZA CANÇADO MACHADO - Juiz de Direito 2**EXECUTADO : ELEICAO 2022 GERALDO HENRIQUE FERREIRA ESPINDOLA DEPUTADO  
FEDERAL

ADVOGADO : JESSE ALVES DE ALMEIDA (10441/GO)

ADVOGADO : RAFAEL ALCANTARA ALVES DE ALMEIDA (36074/GO)

ADVOGADO : DANUBIO CARDOSO REMY ROMANO FRAUZINO (24919/GO)

EXECUTADO : GERALDO HENRIQUE FERREIRA ESPINDOLA

ADVOGADO : JESSE ALVES DE ALMEIDA (10441/GO)

ADVOGADO : RAFAEL ALCANTARA ALVES DE ALMEIDA (36074/GO)

ADVOGADO : DANUBIO CARDOSO REMY ROMANO FRAUZINO (24919/GO)

EXEQUENTE : UNIÃO FEDERAL

FISCAL DA LEI : Procurador Regional Eleitoral de Goiás

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - PROCESSO N. 0603800-60.2022.6.09.0000 - GOIÂNIA/GOIÁS. RELATORA: STEFANE FIÚZA CANÇADO MACHADO EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL EXECUTADO: ELEICAO 2022 GERALDO HENRIQUE FERREIRA ESPINDOLA DEPUTADO FEDERAL ADVOGADO: DANÚBIO CARDOSO REMY ROMANO FRAUZINO - OAB/GO24919 ADVOGADO: RAFAEL ALCANTARA ALVES DE ALMEIDA - OAB/GO36074 ADVOGADO: JESSE ALVES DE ALMEIDA - OAB/GO10441 DESPACHO Diante da manifestação da União no ID 38260125, na qual noticia o descumprimento do acordo, intime-se o executado para que promova a regularização das parcelas em atraso no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de rescisão definitiva do parcelamento, incidência da multa contratual e imediato prosseguimento dos atos executivos com a penhora de bens. Goiânia, na data da assinatura digital. Stefane Fiúza Cançado Machado Desembargadora Eleitoral Relatora

**ATOS DO TRIBUNAL PLENO****RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 436/2025****PUBLICAÇÃO EM : 28/11/2025****Resolução Nº 436/2025**

Altera a Resolução TRE-GO nº 368, de 30 de maio de 2022, que institui o regime de teletrabalho no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a instrução do processo SEI nº 24.0.000019903-2,

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução TRE-GO nº 368, de 30 de maio de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O teletrabalho deve atender ao interesse da Administração e ao interesse público, e tem como objetivos:

....."

"Art. 3º .....

I - teletrabalho: modalidade de trabalho realizada integralmente fora das dependências do órgão, de forma síncrona ou assíncrona, com a utilização de recursos tecnológicos, e na qual a jornada corresponde às entregas pré-definidas junto à chefia imediata.

.....

....."

"Art. 28. Fica instituída a Comissão de Gestão do Teletrabalho e do Trabalho Híbrido, composta pelos seguintes membros:

....."

"Art. 29. Caberá à Comissão de Gestão do Teletrabalho e do Trabalho Híbrido:

.....

I - zelar pela observância das regras constantes desta Resolução e da portaria que regulamenta o trabalho híbrido;

.....

III - solicitar, sempre que entender necessário, os Planos Individuais de Trabalho e os Termos de Compromisso de trabalho híbrido, a fim de verificar o atendimento aos respectivos requisitos normativos, recomendando as adequações necessárias ou a suspensão do regime de teletrabalho ou de trabalho híbrido, de forma justificada;

.....

IV - acompanhar o desenvolvimento do teletrabalho e do trabalho híbrido, com base nos relatórios semestrais elaborados pelos gestores das unidades;

V - apresentar ao Diretor-Geral relatório de avaliação anual do teletrabalho e do trabalho híbrido, com parecer sobre os resultados auferidos, sempre no mês de fevereiro do ano subsequente; e

....."

Art. 2º Os(As) servidores(as) que estiverem em teletrabalho parcial, na data da publicação desta Resolução, poderão permanecer no aludido regime até o final do prazo autorizado, ou até que o referido regime seja suspenso, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os incisos II e III do art. 3º e o § 1º do art. 24 da Resolução TRE-GO nº 368, de 30 de maio de 2022.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, em Goiânia, aos 25 dias do mês de novembro de 2025.

Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga

Presidente

[Resolução nº 436-2025.pdf](#)

## **RESOLUÇÃO Nº 435/2025**

**PUBLICAÇÃO EM : 28/11/2025**

Resolução Nº 435/2025

Altera a Resolução TRE-GO nº 400, de 21 de março de 2024, que dispõe sobre a jornada de trabalho, o registro e o controle de frequência, os intervalos intrajornada e interjornada, a compensação de horário, o banco de horas, o serviço ordinário e a utilização e sistema eletrônico de frequência, no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás.